

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
INTEGRADA À EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PROEJA**

**A IMPORTÂNCIA DA EXPRESSÃO ORAL NA
EDUCAÇÃO DE DE JOVENS E ADULTOS, EM UMA
ESCOLA ESTADUAL DE SANTA MARIA-RS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Lúcia Helena Dias Bolina

**Santa Maria, RS, Brasil
2011**

A Importância da Expressão Oral na Educação de Jovens e Adultos, em uma escola estadual de Santa Maria-RS

Lúcia Helena Dias Bolina

Monografia de Especialização apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Profissional

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Elizabete Londero Mousquer

Santa Maria, RS, Brasil
2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação em Educação Profissional Integrada à
Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**A IMPORTÂNCIA DA EXPRESSÃO ORAL NA EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS, EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE SANTA
MARIA-RS**

elaborada por
Lúcia Helena Dias Bolina

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Profissional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Maria Elizabete Londero Mousquer, Dr^a. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Liliana Soares Ferreira, Dr. (UFSM)

Roselene Moreira Gomes Pommer, Dr^a. (UFSM)

Sueli Salva, Dr^a. (UFSM)
(Suplente)

Santa Maria, 26 de outubro de 2011.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família, aos meus pais pelos exemplos e pelo altruísmo, à meu irmão pelo companheirismo e perseverança, obrigada por apostarem em mim...

AGRADECIMENTOS

Ao chegar, nessa etapa final, é preciso lembrar aqueles que de alguma forma compartilharam dessa jornada, como familiares, amigos e colegas. Especialmente, aos familiares e amigos mais próximos com quem partilhei experiências importantes.

Presentes nesse momento, agradeço aos professores do Curso de Especialização, em Especial à Professora Liliana, por apostar em nós enquanto profissionais e na proposta do Curso, à Tainá pelo incansável e apoio e solicitude. Aos colegas de curso e novas amizades que partilhamos.

Com carinho e admiração agradeço a professora Bete pela orientação, pelas palavras de estímulo, pela amizade, confiança e disposição que tornaram o desafio do trabalho de pesquisa uma tarefa estimulante.

EPÍGRAFE

*[...] a educação, exatamente,
por não poder tudo, pode
“alguma coisa”, e é nesse
poder alguma coisa, que
se encontra a eficácia
da educação.
(FREIRE, 2001)*

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação em Educação Profissional Integrada à
Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
Universidade Federal de Santa Maria

A IMPORTÂNCIA DA EXPRESSÃO ORAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE SANTA MARIA-RS

AUTOR: LUCIA HELENA DIAS BOLINA

ORIENTADORA: MARIA ELIZABETE LONDERO MOUSQUER

Data e Local de Apresentação: Santa Maria, 26 de outubro de 2011.

Frente a crescente demanda por escolarização e qualificação que o mundo do trabalho atual requer, ressalta-se a importância das atividades de comunicação oral na educação de Jovens e Adultos para desenvolver a competência oralidade. Através desse trabalho, busca-se ressaltar a importância de atividades que estimulem a oralidade dos educandos com alguma defasagem escolar associada à idade, origem social ou por já terem vivenciado experiências profissionais. Tem-se por objetivo principal refletir sobre importância da construção de políticas públicas pautadas em projetos político-pedagógicos que, vislumbrem possibilidades de emancipação dos educandos, tendo em vista, a necessidade de não apenas instruir, mas de formar pessoas capazes de se relacionarem melhor tanto no mundo social, quanto no competitivo e desafiador mundo do trabalho atual.

Palavras-chave: expressão oral, educação, trabalho, políticas públicas, gestão escolar.

ABSTRACT

Monograph of Specialization
Course of Post-graduation in Professional Education Integrated Basic
Education in the modality of Education of Young People and Adults
Universidade Federal de Santa Maria

AUTHOR: LUCIA HELENA DIAS BOLINA

ADVISER: MARIA ELIZABETE LONDERO MOUSQUER

Date and local of defense: Santa Maria, October 26th, 2011.

Thinking about the increasing search for education and qualification that the world's job requires, this study emphasizes the importance of oral communication activities in the education of young and adults to develop speaking skills. It emphasizes the importance of oral language activities that encourage students with some difference associated with age, social origin, or because they have already experienced professional experiences. As the main objective is to reflect about the importance of public policies linked in political-pedagogical projects that envisage possibilities of emancipation of the students, come back to the necessity not only educate, but to train people able to relate much better in the social world, in the competitive and challenging world of the current work.

Key-words: Speaking, education, labor, public policy, school management

LISTA DE SIGLAS

CEFET – Centros Federais de Educação Tecnológica e Profissional

EJA – Educação de Jovens e Adultos

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PPP – Projeto Político-pedagógico

PROEJA – Programa Nacional de Formação Tecnológica e Profissional

Integrada Educação de Jovens e Adultos

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	11
CAPÍTULO I	
O PERCURSO DA ORALIDADE ATRAVÉS DOS TEMPOS	14
1.1 A importância da oralidade	18
CAPÍTULO II	
EDUCAÇÃO E TRABALHO	23
2.1 As modalidades de Educação de Jovens e Adultos: a EJA e o PROEJA ...	26
CAPÍTULO II	
UMA EXPERIÊNCIA SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA ORALIDADE EM SALA DE AULA	32
3.1 Apresentando a Escola.....	36
3.2 Projetos da escola.....	37
3.3 A Educação de Jovens e Adultos e o porquê da modalidade utilizada	38
CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS.....	41
REFERÊNCIAS	43

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Ao nos depararmos com o desafio de escrever a monografia, lembramos as palavras de Marques (1997, p. 11-12), de que: “só escrevendo se escreve. Não se trata de se preparar para o escrever. É ele ato inaugural, começo dos começos”. Acredita-se que, o autor transmite a idéia de que, pode-se superar o desafio da escrita, escrevendo, pesquisando, recontruindo os pensamentos a cada leitura. Pois, começamos com dúvidas, indagações, questionamentos e vamos, aos poucos, procurando esclarecer as problematizações que levantamos, possibilitando novas interlocuções, de maneira que o processo de construção do conhecimento possa viajar em ritmo permanente. “Escrever é preciso, pesquisar sempre, reconstruir de contínuo nossas aprendizagens” (MARQUES, 1997, p.13).

A partir desse momento da escrita, senti a necessidade de trazer uma experiência pessoal, tanto da vida estudantil como de minhas experiências profissionais. Durante minha vivência estudantil no Segundo Grau, atual Ensino Médio, nós, estudantes, percebíamos que eram poucos os professores que inseriam espaços ou momentos para o diálogo durante as aulas. E quando surgiam as oportunidades e a necessidade de falar ou de apresentar algum trabalho oralmente, ficávamos perplexos, “aterrorizados” com aquela “quebra de rotina”, ou seja, não fazia parte de nossos hábitos cotidianos o ato de falar, ou de expressar oralmente aspectos dos conteúdos que estávamos aprendendo. Contudo, foi na disciplina de Geografia, que notei que o professor estimulava e até cobrava, no sentido de que, as avaliações e o aprendizado do conteúdo de sua disciplina fossem desenvolvidos através de “seminários”.

Era um momento único para nós, que estávamos numa encruzilhada: a necessidade de falar e o desconforto que a situação causava. Aos poucos fomos vendo que a proposta era a de apresentar oralmente para os colegas o que tínhamos entendido daquele texto, ou daquele tópico do conteúdo para ser avaliado e aprovado naquela disciplina. Dessa forma, ficamos mais familiarizados com o “estilo” do professor e o desconforto ou o “medo” de nos expor perante aos colegas era minimizado pelo interesse nos assuntos e peculiaridades da disciplina, já queríamos discutir os conteúdos, debater, aqueles seminários foram um estímulo para nós. Posteriormente ingressei no Curso História da Universidade Federal de

Santa Maria (UFSM) e percebi, realmente, que meu lugar era na área das Ciências Humanas. Queria conhecer e aprofundar-me nos conteúdos, sendo que, a estrutura e funcionamento do Curso deixaram-me bastante motivada. Debater, ler e conhecer os diferentes pontos de vista no campo da História como ciência, as diferentes ideologias que se antagonizam num palco de idéias, da economia, da política através dos tempos era nosso meio de aprendizagem e nosso fim, pois o Curso era de Licenciatura e estava formando futuros professores.

A partir dessa experiência, percebi que os alunos, de uma maneira geral, sentem-se desconfortáveis com atividades que envolvam a expressão oral em razão dos mais variados fatores: medo, timidez, vergonha de se expor, entre outros. Instiga-me, como educadora, o fato de que, não raras vezes, quando um professor tenta realizar atividades que envolvam expressão oral, muitas vezes, encontram a resistência dos alunos. Questionamo-nos de que, até que ponto, os educadores estão preparados para desenvolver tais atividades? A escola está preparando-os para a vida social e para o mundo do trabalho ou está criando novas “dificuldades” para eles? Ao tratar das implicações pedagógicas envolvidas nesse trabalho nos questionamos: Até que ponto os trabalhos ou atividades de expressão oral em aula conseguem formar e preparar os alunos para o mundo do trabalho?

O foco dessa pesquisa está no Ensino Regular Público, mais especificamente, nas modalidades que se destinam ao público jovem e adulto, pois se acredita ser o lugar onde estão os alunos com defasagens escolares mais sérias. Acredita-se que, esta parcela do público estudantil, fora da faixa etária do ensino regular, pode ser fruto de uma realidade sócio-econômica mais precária, ou seja, mais carente de recursos materiais. Possivelmente, nesta situação podem estar os alunos que se sentem marginalizados, excluídos e, muitas vezes, com baixa auto-estima em virtude de sua trajetória de vida, pontuada de obstáculos e fissuras no processo de aprendizagem escolar.

Reafirma-se as indagações a partir do tema oralidade: como é possível trabalhar e desenvolver a oralidade no contexto educacional com os alunos jovens e/ou adultos? Qual a importância da oralidade na educação/formação profissional e pessoal desses alunos? Que tipo de atividade ou dinâmica seria mais apropriada para desenvolver com eles? De acordo com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, o desenvolver a competência da expressão oral ou da comunicação esta inserido na proposta educacional.

Portanto, tem-se por objetivo, fazer uma reflexão em torno da importância de bem desenvolver a competência da expressão oral e da comunicação no processo educacional. Para atender as proposições apresentadas neste projeto, a metodologia escolhida baseia-se na abordagem qualitativa. Neste sentido, a pesquisa qualitativa surge em resposta à necessidade de elaboração de um método diferenciado para a pesquisa e análise de fenômenos da sociedade (MELUCCI,1996, p.8).

Nesse propósito, de pesquisar uma fenômeno social e subjetivo como a capacidade de expressão oral de um perfil determinado de alunos em uma Escola pública, optou-se por realizar a pesquisa com alguns professores de disciplinas variadas de uma Escola de Ensino Médio e Técnico da rede pública Estadual situada na região central do município de Santa Maria-RS. Escola esta com mais de 50 anos de atuação e que já possui a tradição de oferecer o Ensino Médio e Cursos Técnicos(Contabilidade, Secretariado e Informática) na região. Os professores mencionados foram convidados à responder por escrito, algumas questões relacionadas ao desenvolvimento da oralidade, com os alunos jovens e/ou adultos. Portanto, os procedimentos metodológicos adotados foram: a coleta de dados (questionário aplicado e as respostas dos professores); na escola pesquisada, além de uma revisão bibliográfica sobre os estudos que tem se realizado nesse campo, comparando, analisando e propondo a inserção de propostas educativas que contemplem o desenvolvimento da oralidade nos alunos como parte integrante de um processo educativo comprometido com a formação do indivíduo, enquanto ser humano.

Ao tratar de um processo psico-social como aponta Mellucci (1996), tem-se que o desenvolvimento da competência da expressão oral no âmbito educacional, situa-se entre o objetivo central desse trabalho de pesquisa qualitativa, em caráter empírico. De maneira que, procura atentar às especificidades do indivíduo, enquanto sujeito do processo educacional. Dentro de um contexto dinâmico, num processo que sofre a interferência do tempo e do espaço onde está situado e não se organiza a partir de leis gerais e tampouco segue um processo linear. Dessa forma, toda tentativa de elaboração neste campo deve levar em conta as características que lhe são inerentes.

O Primeiro Capítulo descreve os diferentes conceitos através de autores como: Bechara (2009), Neto (2006), Manacorda (1989) e Gadotti (2004), ressaltando a

importância da oralidade enquanto prática escolar e pedagógica vinculada ao processo de formação e profissionalização do ser humano, tendo como base autores como Kuenzer (1985), Libâneo (1994), Lück (2007).

O Segundo Capítulo tem por objetivo esclarecer um pouco sobre o contexto atual da educação de jovens e adultos em suas diferentes modalidades, como e por que surgiram, além de situá-las dentro das políticas públicas que estão em vigor atualmente. Apresentamos a escola utilizada nessa pesquisa para utilizá-la como um exemplo prático, a fim de que se possa visualizar, na prática, as considerações e as interlocuções que nos propusemos pesquisar.

No Terceiro Capítulo trazemos uma experiência real. Para tal, escolheu-se uma Escola Pública Estadual de Ensino Médio de Santa Maria – RS, foram feitas visitas à essa escola e a aplicação de questionários, com cinco questões à um grupo de cinco professores de diferentes disciplinas. Procurou-se, com isso, saber a opinião dos educadores a respeito do desenvolvimento da competência da oralidade, enquanto instrumental de profissionalização. Dentro desse propósito, optou-se por: abordar algumas pesquisas educacionais atuais focadas no campo da comunicação e oralidade, na tentativa de responder os principais questionamentos apresentados e, principalmente, alertar sobre a importância da construção de propostas pedagógicas mais sensíveis à necessidade do desenvolvimento da oralidade na escola. Aliado a isso, pretende-se investigar quais as modalidades de ensino utilizadas na escola em questão e qual está voltada para o público jovem e adulto. E, finalmente, se o Projeto-Político-Pedagógico da escola contempla as questões associadas ao desenvolvimento da expressão oral e da comunicação e se este está inserido em uma política de Gestão Escolar que contemple essas habilidades.

CAPÍTULO I - O PERCURSO DA ORALIDADE ATRAVÉS DOS TEMPOS

A Comunicação verbal oral é uma das formas de comunicação utilizadas pelos seres humanos para se relacionarem e consiste na emissão de palavras e sons que usamos para nos comunicar, tais como: dar instruções, entrevistar ou informar, Bechara (2009, p. 07) explica que:

Na comunicação verbal oral são utilizados palavras ou *signos*¹ como meio de comunicação. É através da comunicação verbal, simbólica e abstrata, que se faz por palavras, faladas ou escritas que o ser humano compreende e domina o mundo que o rodeia e interage com os outros. E os sinais escritos substituem os *signos vocais*² expressos nas palavras, sendo a escrita, portanto, a representação dos sons articulados na fala, em forma de sinais gráficos, que é uma transformação da língua natural num código (BECHARA, 2009, p. 07).

Dessa forma, Bechara (2009), esclarece que, a língua pode ser definida como um sistema de comunicação verbal oral, em que os indivíduos de um mesmo grupo lingüístico podem criar diversas representações do mundo, sendo, portanto, através da Língua ou idioma³ que as pessoas conseguem interagir, comunicarem-se, trocar experiências e se inter-relacionarem. Por muito tempo, nossa cultura letrada tem sinalizado uma prevalência considerável sobre a cultura oral. Afirma Neto (2006), observando a história do Ocidente, que a oralidade perdeu gradativamente força e espaço na civilização em virtude da aura nobre que circunda a escrita. Na época dos grandes filósofos, quer sejam latinos ou gregos ou os dos grandes sábios, o conhecimentos e os saberes eram transmitidos de geração a geração através da cultura oral, dessa forma a oralidade se sobrepunha aos registros escritos e, essas informações eram perpetuadas. (NETO,2006,p.168)

[...] nas Universidades medievais italianas, por exemplo, surgiram duas práticas culturais que teriam impacto na formação dos estudiosos

¹ SIGNO ou SINAL é uma unidade que leva ao conhecimento de algo diferente dele mesmo. Em linguística os signos devem ser unidades SIMBÓLICAS. Como, por exemplo, o -s final da palavra livros é um sinal de pluralizador.

² É a realidade acústica, ou seja o fonema.

³ Um sistema de isoglossas comprovado em uma mesma comunidade lingüística. Isoglossas (Iso = igual; glossa).

humanistas: o estudo vernacular (a língua própria de um lugar) e a prática da retórica. Os letrados italianos, como Petrarca e Leonardo Bruni, defendiam o uso do próprio idioma para se expressar, e não da língua oficial da cristandade, o latim. A utilização de uma língua própria estimulava a doação de expressões da particularidade de cada local, criando um estilo próprio e negando a padronização feita por outros [...] (NETO, 2006, p. 168).

Essa questão esboçava o fortalecimento de uma forma de pensar individualizada. A dedicação dos humanistas ao estudo das línguas se expandia para outras áreas, como o estudo das instituições políticas e dos saberes científicos dos homens do passado. A retórica⁴ tinha a função de educar e persuadir. O ato de estudar e debater levava à reformulação dos pensamentos e a capacidade de expressar idéias publicamente. Nesse processo de discussão restrita aos poucos letrados, mas de importância inegável, havia a inspiração para projetos-políticos cívicos. Também assinala essa questão Manacorda *apud* Saviani (2006, p. 156), quando aproxima os ensinamentos de Ptahhotep⁵, no antigo Egito, que datam de 2450 a.C., e de Quintiliano, que viveu na Roma entre os 30 e 100 anos da nossa Era. Também considera Saviani(2006) que o “falar bem” é o conteúdo e o objetivo de Ptanhhotep, observa que não se trata porém de falar bem “em sentido estético literário”, mas da oratória como arte política de comando, ou seja, nos termos de Quintiliano, uma verdadeira “*instituo oratória*”, educação do orador ou do homem político. Era necessário legitimar o princípio formador das castas dirigentes da sociedade antigas. SAVIANI(2006,p. 156).

Pode-se evidenciar melhor essa questão com a citação de Manacorda(1989, p.14) *apud* Saviani(2006,p.156)

“A separação entre instrução e trabalho, a discriminação entre instrução para os poucos e o aprendizado do trabalho para os muitos, e a definição da “instrução institucionalizada” como instituo oratória, isto é, como formação do governante para arte da palavra entendida como arte de

⁴(gr.retoriké): arte da oratória, de reto, orador: Arte de utilizar a linguagem em um discurso persuasivo, por meio do qual visa-se convencer uma audiência da verdade de algo. Técnica argumentativa, baseada não na lógica nem no conhecimento,mas na habilidade em empregar a linguagem e impressionar favoravelmente os ouvintes. Considera-se que a retórica foi sistematizada e desenvolvida pelos sofistas que a utilizaram em seu método. Aristóteles dedicou um tratado à retórica, sobretudo distinguindo-a do uso lógico da linguagem sistematizado na teoria do silogismo. Contemporaneamente, Chain Perelman procurou revalorizar a retórica, buscando construir uma teoria que sistematizasse os traços fundamentais do uso retórico da linguagem, mostrando que mesmo o discurso científico não estava isento de elementos retóricos e de recursos persuasivos.

⁵ Ptanhhotep e Quintiliano foram poetas e oradores da Antiguidade. O primeiro na Antiga Civilização Egípcia, o segundo, no Império Romano..

governar (o “dizer”, ao qual se associa a arte das armas, que é o “fazer” dos dominantes)” (MANACORDA, 1989, p. 14).

Pode-se perceber com a fala desse autor, que existia sim uma preocupação em ensinar a “falar bem”, em instruir, formar os jovens para a vida social adulta. Mas, era uma educação que ficava restrita apenas aos que podiam ser considerados *cidadãos*, ou seja, os filhos das classes dirigentes da sociedade. Portanto, deduz-se que havia uma preocupação com a importância da oralidade e sua relevância social. Ainda acrescenta Saviani (1994), que a escola desde suas origens foi posta de lado do trabalho intelectual, constituindo-se num instrumento para preparação de futuros dirigentes que se exercitavam não apenas nas funções da guerra (liderança militar), mas também nas funções de mando (liderança política), por meio do domínio da arte da palavra e do conhecimento dos fenômenos naturais e das regras de convivência social.(SAVIANI,1994, p.158).O autor ainda esclarece que:

A separação entre trabalho intelectual e manual pode ser detectada no Egito desde as primeiras dinastias até o surgimento do escriba, assim na Grécia, em Roma e na Idade média cujas escolas, restritas, cumpriam a função de preparar os também restritos quadros dirigentes (intelectuais) então requeridos. Nesses contextos, as funções manuais não exigiam preparo escolar. A formação dos trabalhadores dava-se com concomitante exercício das antigas funções. Mesmo no caso em que se atingiu alto grau de especialização, como no artesanato medieval, o sistema de aprendizado de longa duração ficava a cargo das próprias corporações de ofícios: o aprendiz adquiria o domínio do ofício exercendo-o juntamente com os oficiais, com a orientação do mestre, por isso mesmo chamado de “mestre de ofícios” (SAVIANI, 1994, p. 158).

Por sua vez, Gadotti (2004, pp. 20-29), apresenta que:

O séc. XV é político pedagógico por excelência. As camadas populares reivindicavam ostensivamente mais saber e educação pública. Pela primeira vez um Estado institui a obrigatoriedade escolar (Prússia, 1717). Cresce sobretudo na Alemanha, a intervenção do Estado na Educação, criando Escolas Normais, princípios e planos que desembocam na grande revolução pedagógica nacional francesa do final do século. Nunca anteriormente se havia discutido tanto a formação do cidadão através das escolas como durante os seis anos da revolução Francesa. A escola pública é filha da revolução burguesa. Os grandes teóricos iluministas perigavam uma educação cívica e patriótica inspirada nos princípios de democracia, uma educação laica, gratuitamente oferecida pelo Estado para todos. Tem início com ela a idéia da unificação do ensino público em todos os graus. Mas ainda era elitista só os mais capazes poderiam prosseguir até a universidade (GADOTTI, 2004, pp. 20-29).

A partir dessa exposição dos autores, pode-se perceber que, através dos tempos, sempre houve certa preocupação com a educação com a formação dos jovens que iriam compor as “elites dirigentes” das sociedades. Neste tipo de educação, mais intelectualizada, mais humanizada era importante e até imprescindível que fosse trabalhada a expressão oral, a retórica ou a arte do discurso. Contudo, para as camadas populares, a educação geralmente, assume outro contorno: a de uma educação laboral e prática, ministrada pelo convívio com profissional mais experiente, um “mestre de ofícios”, voltada às atividades manuais ou mecânicas sem grande preocupação com a formação do indivíduo. E não raras vezes, como na época da Revolução Industrial, o silêncio e o anonimato das massas, era um fator necessário para a educação da classe proletária. (SAVIANI, 1994, p. 158).

1.1 A importância da oralidade

Considera-se que grande parte dos estudantes, principalmente o público jovem e adulto que apresente alguma defasagem escolar e esteja fora da faixa etária regular procura a escola motivado pela reinserção social, ou seja, pela expectativa de ser incluído no mundo do trabalho, de conseguir um emprego melhor, ou então, são levados pelo desejo de elevação da auto-estima, de independência econômica e da melhoria de sua vida pessoal, em outras palavras é a busca de identidade, enquanto ser humano e ser social. Esse quadro suscita no educador a adoção de formas de relacionamento diferenciadas. Com os adultos ganha destaque a sensibilização para ampliação de suas áreas de interesse, ajudando-os a vencer a timidez, a insegurança e os bloqueios. Carvalho (2011), explica que, especialmente, os adolescentes são portadores de frustrações trazidas da escola regular que requerem do educador e da escola o resgate de sua auto-estima, muitas vezes exteriorizada com agressividade e uma auto-imagem negativa.

Também compartilha dessa percepção, Santomauro (2011), mostrando que, os alunos que não conseguem apresentar suas idéias com clareza ou defendem mal seus argumentos diante de um grupo enfrentam problemas tanto na sala de aula como na vida profissional. Na percepção da autora, a escola não tem se dedicado à questão como deve. Pois, ainda, que embora o Ensino da Língua oral esteja previsto

nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) há mais de uma década, essa prática está longe de ser prioridade, pois é confundida com atividades de leitura em voz alta e conversas informais, que não preparam para os contextos da comunicação. (SANTOMAURO, 2011)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394/96, em seu artigo 1º, refere-se aos princípios norteadores da educação e estimula a criação de propostas alternativas para promover a igualdade de condições para o acesso e a permanência do aluno no processo educativo. De acordo com Lemos (1999, p. 19), a utilização de concepções pedagógicas que valorizem a experiência extra-escolar e a vinculação da educação com trabalho e com as práticas sociais. São orientações que sugerem propostas pedagógicas concretas mais próximas da realidade, propostas que podem ser também evidenciadas em Paiva (1987):

A construção de currículos [...] passa invariavelmente pelo reconhecimento dos educados das discriminações sociais, étnicas, de gênero e de tantas outras vem florescendo nas escolas, reforçadas pelos rituais e práticas pedagógicas e pelo desejo de mudar essa ordem de relações excludentes, que vem contribuindo significativamente para a manutenção da subalternidade, da opressão do analfabetismo da reduzida escolarização (PAIVA, 1987, p. 85).

Com isso procuramos evidenciar a necessidade de aproximar a educação à realidade do aluno. Pois, geralmente, os sujeitos desse processo são alunos trabalhadores, de origem social mais humilde, dedicados a atividades manuais, consideradas inferiores, subalternos, meros serviçais. Com uma prática pedagógica que valorize a experiência de vida do aluno, que vincule educação e trabalho é possível alterar essa percepção. Fazendo-se com que, esses indivíduos se vejam como artífices de sua própria história, e identifiquem suas experiências de vida como aspecto integrante de sua formação educacional.

Também contribui com essas discussões Libâneo (1994, p. 35), quando esclarece, que não há prática educativa sem objetivos elaborados a partir de critérios que reflitam os valores e ideais da legislação, ou seja, os conteúdos precisam ser produzidos de acordo com a prática social da humanidade e as necessidades e expectativas de formação cultural exigidas pelo mundo do trabalho e da prática social, no qual estamos inseridos. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs):

Ensinar a falar é tão importante quanto ensinar a ler e a escrever, pois quem não apresenta suas idéias com clareza ou defende mal seus argumentos diante de um grupo, enfrenta problemas, tanto na sala de aula, quanto na vida profissional. E a escola hoje não tem se dedicado à questão como deveria. (BRASIL, 1999, p. 135).

Embora o ensino da língua oral esteja prevista nos PCNs há mais de uma década, essa prática está longe de ser prioridade. Ela é, algumas vezes, confundida com atividades de leitura em voz alta e conversas informais, que não preparam de maneira consistente para os contextos da comunicação. Neste contexto, Bortoloto (1998) afirma que:

[...] é por meio da linguagem que lhes é própria que os alunos expressam argumentos, explicações e concepções. A oralidade, portanto, precisa ser entendida em seu contexto de produção, ou seja, reconhecendo e valorizando o conhecimento acumulado pelo aluno e estimulando diferentes usos na escola que o educando poderá chegar a um novo, um discurso “seu” (BORTOLOTO, 1998, p. 05).

No momento em que se elege o mundo do trabalho, como proposta pedagógica da escola comprometida com os interesses dos trabalhadores não significa que deva se acreditar em uma formação profissional estreita e limitada, determinada pelo mero “saber fazer” despidido de compreensão, de análise e de crítica. Portadora desta percepção, Kuenzer (1985, p. 20) explica que, o falso dilema, muito em moda na atual discussão sobre o ensino de nível médio, se dissolve com a compreensão de trabalho com todas as formas de ação do homem para transformar a natureza e as relações sociais. (KUENZER, 1985, p. 20)

Assim sendo, toda e qualquer educação é educação para o trabalho, e contém uma dimensão intelectual, teórica e outra instrumental, prática, na medida em que ela interfere de algum modo nas formas de interação do homem com a natureza, com os outros homens e consigo mesmo. É nesse sentido que esta afirmação serve para a educação em todos os *níveis*, quer seja popular ou institucionalizada, na escola na fábrica, na família, no sindicato ou em outra instituição qualquer; uma vez que a educação não é privilégio da escola, mas ocorre no seio das relações sócias. O que varia é o fato desta educação estar ou não vinculada ao trabalho. (KUENZER, 1985, p. 20)

E conclui a reflexão em torno da dicotomia do saber intelectual e o saber profissional que:

É a partir desta concepção é possível superar o caráter estreito da profissionalização, para pensar na possibilidade de uma formação que superando a reificação do saber burguês, permita um “fazer pensado”, que alie teoria e prática e que mostre historicamente como esse saber foi construído, por quem foi construído, em que aspectos ele corresponde à realidade e em aspectos ele a mitifica, e finalmente, a quem tem servido. Nesse sentido, a proposta escolar ultrapassa sua dimensão meramente técnica para atingir uma dimensão política, enquanto, permite ao trabalhador compreender a história e os limites de sua prática, como esta se articula com as relações de produção vigentes e como ela pode ser um elemento transformador dessas mesmas relações (KUENZER, 1985, p. 20).

Muito se fala na importância da comunicação, parafraseando Carvalho (2011), não se pretende repetir essa discussão, nem justificar o papel da comunicação na sociedade, uma vez que no contexto atual não há como se eximir de tratar do tema, visto que autores, mídia, internet, todos reafirmam a importância do processo comunicativo, classificando este tempo como: *a Era da Comunicação*. De maneira que, precisamos nos adaptar ao momento histórico no qual estamos inseridos, nos preparando, nos instrumentalizando para enfrentar o cada vez mais competitivo e desafiante mundo do trabalho. (CARVALHO,2011).

Nessa linha de análise, acredita-se que seja pertinente a prática da ação educativa focada nos vies da humanização, tantas vezes até que, o homem consiga desenvolver aspectos argumentativos na oralidade, pois, ela por sua natureza dialógica, insere-se numa perspectiva de linguagem dinâmica, alicerçada numa concepção discursiva, onde os falantes trazem a sua experiência sócio-cultural no momento de exposição de suas idéias e este aspecto é básico para o desenvolvimento de uma linguagem oral interativa que lhe dê o instrumental mínimo para relacionar-se satisfatoriamente no mundo do trabalho.

Traz-se ainda a contribuição de Lück (2007, p. 22), quando diz que existem demandas urgentes na escola, associados a contradições cada vez mais complexas na sociedade. De maneira que a organização do trabalho educacional nos estabelecimento de ensino (escolas, faculdades, universidades) não deveriam restringir-se a preparar os alunos para níveis mais elevados de escolaridade, pois o indivíduo também precisa apreender para compreender a vida, a si mesmo e a sociedade. Aprender a se relacionar melhor com os outros pode ser considerada

uma das ações competentes na preparação profissional do indivíduo. E o ambiente escolar como um todo deve oferecer essa experiência (LUCK, 2007, p. 22)

CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO E TRABALHO

São profundas as modificações que têm ocorrido no mundo do trabalho, trazendo consigo inúmeros desafios para a educação. O sistema capitalista está vivendo um novo padrão de acumulação decorrente da globalização e da reestruturação produtiva, que por sua vez, determina novas formas de relação entre Estado e sociedade (KUENZER, 1995, p.2)

Também são profundas e preocupantes as mudanças no terreno da educação. Pois é cada vez maior o número de excluídos do mundo do trabalho, de analfabetos funcionais, de marginalizados ou subempregados. Mas o que é o trabalho? Para que serve? Na perspectiva de Mellucci (1996), todas estas formas de ação envolvem pessoas jovens como atores centrais; mesmo se apresentam diferenças históricas e geográficas com o passar das décadas, elas dividem características comuns que indicam um padrão emergente de movimentos sociais. Portanto, nesses sistemas cada vez mais baseados em informação, a ação coletiva particularmente aquela que envolve os jovens oferece outros códigos simbólicos ao resto da sociedade — códigos que subvertem a lógica dos códigos dominantes (...) (MELUCCI, 1996, p. 8).

Neste caso, nossa busca de certa forma é também é pelo universo do aluno jovem/adultos trabalhador, enquanto indivíduo, suas peculiaridades sociais e culturais quanto ao exercício da oralidade. Pois, procura-se conhecer um pouco de sua identidade a partir do depoimento dos professores participantes pesquisa.

Sabe-se que muitas questões sociais, pessoais e afetivas encontram-se interligadas e contribuem para formação do sujeito, com isso, tem-se é preciso levar em conta as condições sócio-econômicas e culturais desses alunos, suas peculiaridades no momento em que propõem o desenvolvimento da oralidade, a expressividade no contexto educacional. Toraine (1998, p.73) apud Salva (2010, 115-119) diz que: "O Sujeito não é uma 'alma' presente no corpo ou espírito dos indivíduos. Ele é a procura pelo próprio indivíduo.

Pressupõe-se que, para existirem, os homens devem necessariamente transformar a natureza. Esse ato de transformação é o trabalho. Aponta Marx *apud* Tonet (2008, p. 23) que, nem toda atividade humana é trabalho, mas apenas transformação da natureza. Uma vez que o trabalho é o fundamento do ser social,

porque transforma a natureza na base material indispensável ao mundo dos homens pelo simples fato de ao transformar a natureza, os homens também se transformarem. E essa articulada transformação da natureza e dos indivíduos, permite a constante construção de novas situações históricas, de novas relações sociais e de novos conhecimentos e habilidades, num processo de acumulação constante e repleto de contradições. Pode-se acrescentar ainda que, na visão de Marx (1996, p. 202):

[...] antes de tudo o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula, controla seu intercambio com a natureza como uma das suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa, modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza [...] ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, 1996, p. 202).

Conseqüentemente, nesse processo de acumulação de novas situações e de novos conhecimentos – como novas possibilidades de evolução – faz com que o desenvolvimento do ser social seja ontologicamente distinto da natureza. Nesse sentido, para o sistema capitalista, as relações sociais, que são relações sociais de produção, fundamentalmente de exploração e dominação, dirigem a forma predominante com o sentido ontológico do trabalho se expressão da constituição do ser social. Também contribui para essas reflexões, Carvalho (2006) quando, apresenta o trabalho como princípio educativo, no capitalismo, pois acredita que o mesmo desenvolve-se imerso no antagonismo que se estabelecem entre as classes sociais fundamentais e assumem, predominantemente, as características do aspecto dominante da contradição fundamental desse modo social de produção, qual seja a contradição burguesia/proletariado.(CARVALHO, 2006,p.02). E ainda esclarece, que:

[...] A dimensão ontológica do trabalho na perspectiva capitalista produz socialmente seres humanos (que vivem se sua força de trabalho), majoritariamente, submissos, miseráveis, violentados, explorados, alienados, famintos, com suas perspectivas de vida e capacidade de conhecimento crítico limitados. (CARVALHO, 2006, p. 02).

E nesse cenário de contradições precisam ser vislumbradas estratégias de sobrevivência e de inserção social para que esses indivíduos possam recuperar sua cidadania. Mas o que vem a ser cidadania? Na concepção do historiador Jaime Pinski (2003, p. 15):

“Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar e ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito a educação, ao trabalho e ao salário justo, a uma velhice tranqüila. Exercer cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais” (PINSKI, 2003, p. 15).

Fazemos referência à publicação de Andrade (2003), de acordo com essa autora muito se ouve falar em cidadania atualmente, é uma expressão que está presente no discurso dos políticos, da mídia, dos intelectuais, dos trabalhadores e até mesmo das pessoas mais vulneráveis da sociedade. Expressão esta, geralmente associada à idéia de uma vida digna, passou-se a tratar a educação como uma estrada em construção. Portanto, cidadania tornou-se a chave para afirmação de uma sociedade justa. Para Kuenzer (2005, p. 24), em âmbito educacional, novas questões tomam corpo, vinculadas a essas inquietações. A primeira delas diz respeito ao papel social que a educação/escolarização deverá desempenhar em meio a tantos e profundos desafios. Também reflete em torno de questões como saúde e meio ambiente, tendo em vista a valorização do capital e da concorrência que marcam nossa era, traz à tona questões globais, como a preocupação com o planeta, uma vez que a efetiva democratização da educação, na visão da autora, só será possível com a efetiva democratização da sociedade, em outro modo de produção, onde todos os bens materiais e culturais estejam disponíveis a todos os cidadãos (KUENZER, 2005 p. 24).

Pressupõe Carvalho (2006) que, tudo isso aponta para a necessidade de uma reflexão teórica que coloque sob as lentes do atual mundo do trabalho o fenômeno da qualificação, vinculando-o a questões mais amplas, relacionadas a distintas esferas de análise que se abrem para além das fronteiras da educação dita formal - representada pela escola - ainda que interligadas. Nesse contexto, emerge um leque de temáticas relacionadas às trajetórias profissionais, aos sujeitos, às diferenciações de gênero, idade e raça, às políticas industriais e de desenvolvimento, às novas

institucionalidades, enfim, à inserção do conjunto da força de trabalho, não só concebido em função das complexas redes de relações que se estabelecem entre novos setores produtivos (CARVALHO, 2006 p. 03).

2.1 As modalidades de Educação de Jovens e Adultos: a EJA e o PROEJA

Na Constituição de 1988, entre as principais políticas públicas de cunho social está desafio da Educação de Jovens e Adultos. A partir da década de 90 é proposto a nível institucional, o estabelecimento de uma política de metodologias criativas, com a finalidade de se garantir aos adultos analfabetos e aos jovens que tiveram passagens fracassadas pelas escolas o acesso à cultura letrada, possibilitando uma participação mais ativa no universo profissional, político e cultural. (BRASIL, Constituição, 1988, p.138)

Essencialmente as modalidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio (PROEJA) constituem-se de políticas públicas voltadas para a área da Educação. Na Constituição de 1988, fica claro o dever do Estado com a Educação de Jovens e Adultos:

Art. 208 - O Dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

II - Progressiva extensão da gratuidade e obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio. (BRASIL, Constituição, 1988, p. 138).

Dentro dessas propostas, afirma Mello (1993) que:

A universalização do ensino elementar, a garantia de domínio dos códigos básicos de leitura e escrita e a superação do fracasso escolar terão que ser por nós enfrentadas de forma tal que o próprio conteúdo do ensino receba tratamento adequado ao pleno desenvolvimento cognitivo. Não se trata de alfabetizar para um mundo no qual a leitura era privilégio de poucos ilustrados, mas sim para contextos culturais nos quais a decodificação da informação escrita é importante para o lazer, o consumo e o trabalho. Este é um mundo letrado, no qual o domínio da língua é também pré-requisito para a aquisição da capacidade de lidar com códigos e, portanto, ter acesso a

outras linguagens simbólicas e não verbais como as da informática e das artes (MELLO, 1993, p. 28).

Cabe também evidenciar pontos importantes da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (nº 9.394/96) no que se refere à educação de jovens e adultos. A LDB, em seu 3º artigo determina, dentre os princípios que devem servir de base ao ensino:

[...] igualdade de condições para acesso e permanência na escola; [...] pluralismo de idéias e concepções pedagógicas; [...] garantia de padrão de qualidade, [...] valorização da experiência extra-escolar; [...] vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, 1996, p. 23).

Acrescenta Cunha (1999) que:

[...] embora a referida Lei, tenha dedicado uma secção para a educação de jovens e adultos com apenas dois artigos, desprovidos de aprofundamento em relação ao tema abre um espaço de intervenção que poderá criar possibilidades de confrontar o universo da demanda com o volume e a qualidade de oferta, criando-se argumentos para um maior compromisso do setor público com a educação de jovens e adultos (CUNHA, 1999, p. 63).

A proposta curricular da EJA é entendida no âmbito dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental, como referencial para o trabalho pedagógico, em uma concepção que acreditamos valorizar o ideário da educação popular, do diálogo e da participação de alunos e educadores no processo de construção do conhecimento. Em seu livro *Pedagogia da autonomia – Saberes necessários à prática educativa*, Paulo Freire (1996) oferece importante reflexão sobre a competência docente:

Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos [...], discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos [...]. Ensinar exige disponibilidade para o diálogo [...]. Ensinar exige o reconhecimento e a assunção da identidade cultural [...], assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos [...]. Ensinar exige a apreensão da realidade para nela intervir recriando-a [...]. Ensinar exige competência profissional e generosidade [...]. O fundamental no aprendizado do conteúdo é a construção da responsabilidade da liberdade que se assume [...]. (FREIRE, 1996, p. 20).

Nessa proposta de articular o mundo do saber com o mundo do trabalho surge a proposta do PROEJA na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, originário do Decreto nº 5.478, de 24/06/2005, expôs a decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, possibilitando a essa clientela concluir o Ensino Médio do qual, por alguma razão, encontravam-se excluídos associando o Ensino propedêutico a uma capacitação profissional. Essa proposta fica melhor esclarecida a partir do Documento Base PROEJA (2006):

O documento base PROEJA do Ministério da Educação vem a partir da promulgação do Decreto nº 5.840, de 13 julho de 2006, trazendo diversas mudanças para o programa, entre elas a abrangência, no que concerne ao nível médio de ensino, pela inclusão do ensino fundamental e pela admissão dos sistemas de ensino estaduais, municipais e entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional, passando a denominação para Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA, 2006, p. 10).

Em artigo, *Politecnia e Educação*, Garcia e Lima Filho (2004), afirmam que a pontual necessidade de aliar alguma profissionalização em nível médio à educação propedêutica, mesmo sendo questão antiga, só se fez presente a partir da promulgação da Lei nº 5.692/71, que definiu compulsoriamente a formação profissional como objetivo terminal e único, criando necessidade de grandes adaptações. Comentam os autores que, apesar do fracasso da profissionalização obrigatória preconizada pela Lei nº 5.692/71, já renunciado pela dubiedade de intenções expressas pelos pareceres 45/72 e 76/75, ter sido reconhecidos oficialmente através da promulgação da Lei nº 7.044/82, as questões a ela relacionada não deixaram de preocupar principalmente os pesquisadores da área do Trabalho e Educação. Dentre os estudos sobre essa temática é citado as obras de Cunha (1977) e Machado (1989), por trazerem uma análise crítica, da escola técnica que se apresentava na década de 70.

Na opinião de Cunha (1977), o aumento da procura pelo ensino técnico industrial no Brasil na década de 70 se deveu tanto a condições de mercado de trabalho como também pelo desejo dos jovens das camadas médias da sociedade em buscar um ensino de grau superior. Nos estudos de Machado (1989), o objetivo inicial era discutir algumas questões polêmicas relativas ao ensino técnico industrial

brasileiro, sob uma perspectiva histórica dentro do movimento geral da evolução política, econômica e social da sociedade brasileira. Contudo ainda temos em Machado (1989) que “o papel desempenhado pelos técnicos de nível médio seria o de assumir funções técnicas de coordenação e supervisão relacionadas muitas vezes, com a manutenção da estrutura hierárquica das empresas” (MACHADO, 1989, p. 06-08).

Acrescenta ainda, que “as escolas técnicas, por sua vez também seriam produto do capitalismo, e dentre as suas funções estaria a de reproduzir a divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, divisão existente no interior das empresas” (MACHADO, 1989, p. 08).

Para estudiosos de adeptos de uma ideologia de cunho marxista como Manker (2009), a educação politécnica advém da luta de classes, na luta histórica que se trava com a classe dominante, e da consciência de que no processo de lutas o domínio técnico científico do processo de trabalho, que possibilite e amplie o conhecimento acerca da realidade social, na tentativa de superação da ordem vigente e à construção de uma linha política justa em cada contexto e conjuntura aliada a construção e difusão de sua visão de mundo MANKER, 2009, p.45).

Nesse viés ideológico, Saviani (1987) *apud* manker (2009) expõe que:

A idéia de politecnia [...] postula que processo de trabalho desenvolva, numa unidade indissolúvel, os aspectos manuais e intelectuais. [...] A separação destas funções é um produto histórico social, separação esta que não é absoluta, é relativa [...]. O que a idéia de politecnia tenta introduzir é a compreensão desse fenômeno, a captação da contradição que marca a sociedade capitalista, e a direção de sua superação. [...] A união entre trabalho intelectual e trabalho manual só poderá se realizar sobre a base de superação da apropriação privada dos meios de produção, com a socialização dos meios de produção, colocando todo o processo produtivo a serviço da coletividade, do conjunto da sociedade (SAVIANI, 1987, p. 15 *apud* MANKER, 2009, p. 45).

Na publicação de seu livro “Sobre a Concepção de Politecnia” Dermeval Saviani (1987, p. 17) explica que a noção de politecnia deriva basicamente da problemática do trabalho como princípio educativo geral, e aborda mais especificamente que:

A noção de politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno.

Diz respeito aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho. Politécnica, nesse sentido, se baseia em determinados princípios, determinados fundamentos e a formação politécnica deve garantir o domínio desses princípios, desses fundamentos (SAVIANI, 1989, p. 17).

Compartilha do pensamento de Saviani, Frigotto (1999), quando afirma que “A escola politécnica ao mesmo tempo em que é posta como a escolada sociedade futura [...] indica a direção de luta no interior da sociedade burguesa, por uma escola que atenda aos interesses da classe trabalhadora. (FRIGOTTO, 1999, p. 189).

Nos desdobramentos da LDB quanto à educação profissional, muitas divergências envolveram os representantes dos segmentos mais diretamente atingidos, as Universidades, as Escolas Técnicas e CEFETs e as instituições do denominado sistema S (SENAI, SENAC, SENAT, e SENAR), principalmente no final da década de 90, onde houve uma concentração de esforços do governo federal em promover uma reforma do Ensino Médio e da Educação Profissional, quando aprovou a LDB de 1996. Na visão de Lima Filho (2008), esse modelo de ensino profissional do país, que tem como um dos seus pressupostos teóricos o modelo de competências, foi organizado para atender a alunos egressos dos diversos níveis de ensino e aos trabalhadores, independentemente de sua escolaridade. Para atender a essa proposta, a legislação organizou-se em três níveis: básico, técnico e tecnológico, cujas características descritas no Decreto nº 2.208/97, são apresentadas da seguinte maneira:

“Básico, destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independentemente da escolaridade prévia, constituindo-se em modalidade de educação não formal e de duração variável, não estando sujeita à regulamentação curricular e conferindo aos concluintes, o certificado de qualificação profissional;

Técnico, destinado a habilitar profissionalmente alunos matriculados em cursos de nível médio, podendo ser oferecida em instituições públicas ou privadas e conferindo aos concluintes o diploma de técnico de nível médio;

Tecnológico, em nível superior, destinado a egressos do Ensino Médio e técnico, devendo atender aos diferentes setores da economia, conferindo aos concluintes o diploma de tecnólogo” (BRASIL, Decreto nº 2.208/97, 1997, p. 21).

Nas idéias de Lima Filho (2008) quanto às divergências em torno das modalidades técnica e tecnológica, é provável que:

[...] A reforma expressa a continuidade da lógica da dualidade estrutural dos sistemas educacionais: no Ensino Médio, a separação da educação profissional do ensino regular amplia a dualidade que se estende ao ensino superior por meio de cursos de tecnologia de duração reduzida, destituídos de aprofundamento científico e tecnológico, limitados à atividade de ensino dissociada da extensão e da pesquisa, constituindo um modelo de ensino superior de baixo custo, alternativo ao modelo universitário (LIMA FILHO, 2008, p. 119-130).

Convém também, incluir as reflexões de Ciavatta (2010), na contraditória relação existente educação e trabalho. Para a autora, essas propostas de qualificação profissional precisam ser ainda bastante discutidas e avaliadas, pois há a necessidade de um currículo que integre formação geral e educação profissional, técnica ou tecnológica, rompendo com “a cultura dos mínimos”, a escolaridade de baixa qualidade e infantilizada, a subalternidade da divisão do trabalho e o dualismo educacional (CIAVATTA, 2010, p.21-56). Traz ainda, valiosas contribuições:

[...] O primeiro fundamento para a construção de um projeto político-pedagógico de qualquer escola é a sua construção coletiva, que supõe a geração de tempos e espaços para a realização das atividades. Não se acabando por reduzir a educação às necessidades do mundo do trabalho, mas não ignorar as exigências da produção econômica, como campo de onde os sujeitos sociais retiram os meios de vida (CIAVATTA, 2010, p.21-56).

Para encerrar essa abordagem em torno das Políticas Públicas Educacionais, mais especificamente as modalidades de EJA e PROEJA, acredita-se, a partir das referências estabelecidas pelos autores acima referendados, que não se esgota a necessidade de ressaltar a importância da valorização da diversidade de universos culturais de jovens e adultos para sua profissionalização e alfabetização e profissionalização. O processo de construção do conhecimento e da formação do indivíduo não pode estar desvinculada da idéia de uma educação sensibilizadora, formadora, multicultural que busque o fortalecimento da auto-estima, da identidade da construção de cidadania em uma sociedade marcada pela pluralidade cultural e pela desigualdade educacional e social.

Capítulo III – UMA EXPERIÊNCIA SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA ORALIDADE EM SALA DE AULA

Na seqüência das considerações a respeito da importância da oralidade no campo educacional e suas implicações na profissionalização, procurou-se sintetizar nesse último capítulo, o exemplo de uma escola pública da rede estadual de Santa Maria-RS que oferece cursos profissionalizantes e cursos na modalidade Educação de Jovens e Adultos. Essa escola conta com projetos de implementação de Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA como possibilidade de identificar *in locu* alguns dos aspectos mais relevantes da experiência dos educadores que acreditam na importância da oralidade para os alunos e futuros profissionais que ali estarão sendo formados.

Para isso, foram selecionados cinco profissionais, de disciplinas variadas tanto da área das Humanas, quanto da Tecnológica, que atuam nos Cursos Técnicos Profissionalizantes oferecidos pela Escola. Recolhemos alguns depoimentos com os educadores selecionados para nos darem uma idéia de como é a prática em sala de aula com essa clientela diferenciada de alunos adultos em busca de formação e profissionalização e quais metodologias e estratégias os professores se utilizam para inserir o desenvolvimento da oralidade dos alunos em sala de aula. Para tanto, apresentamos, a seguir, o questionário aplicado aos professores da escola pesquisada. As questões aplicadas foram as seguintes:

1. O que você entende por oralidade e como educador, você percebe relevância em atividades que estimulem a oralidade de seus alunos?
2. Existe algum item no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola que contemple a utilização de práticas ou atividades que contemplem o desenvolvimento da oralidade nos alunos?
3. Dentro de sua disciplina, professor (a), que metodologia de ensino você utiliza na sua prática diária em sala de aula que oportunize ao aluno expressar-se oralmente?

4. Existem disciplinas específicas na composição curricular dos cursos que possibilitem ao aluno ou despertem seu interesse sobre a importância de desenvolver sua oralidade, como parte integrante de sua formação profissional?

5. Como educador, existe implicação sua em mostrar ao aluno um pouco da realidade sócio econômica onde está inserido e as dificuldades encontradas quanto à entrada na área profissional onde ele pretende se inserir?

Teve-se por resposta aos questionamentos apresentados, as seguintes afirmações:

1. Para mim, oralidade é quando o aluno se expressa verbalmente, pensa ser de grande relevância, pois muitas vezes, é na forma de expressão oral que percebemos os saberes que o aluno já traz sua história de vida e também a possibilidade de aproximação através do diálogo.

2. Sim. Dentro das competências que buscamos desenvolver, existem várias atividades que possibilitam o aluno expressar-se oralmente.

3. Através da apresentação de trabalhos, seminários, textos de jornais, revistas, livros sobre assuntos que relacionam a disciplina com o cotidiano. Dessa forma os grupos podem se expressar gerando questionamentos e discussões sobre o tema apresentado e promovendo a interação entre os alunos.

4. Não. A oralidade permeia todas as disciplinas até porque é um importante instrumento de diálogo.

5. Sim. Devemos mostrar e discutir a realidade sócio-econômica com os alunos, precisamos situá-los tanto, em nível de macro, tanto como microambiente. Faz parte do nosso trabalho de educador discutir a realidade profissional que o espera (Professor 1 – Formação na Área das Humanas - História).⁶

A professora tece outros comentários que emergem das contradições entre o mundo do trabalho e processo educacional e compartilhamos da mesma visão quando cita Kuenzer (1997). Na fala da autora:

O trabalho escolar, além de supostamente selecionar os “mais capazes”, desenvolve habilidades cognitivas, hábitos e condutas que facilitam o enfrentamento de situações dinâmicas com a necessária flexibilidade. Desnecessário lembrar que a escola apenas referenda a inclusão dos incluídos, uma vez que é a origem de classe que determina em boa parte as diferenças que são atribuídas ao trabalho escolar. Na verdade, os incluídos vivenciam um conjunto de experiências sociais e culturais que lhes assegura larga vantagem na relação com o conhecimento sistematizado; isto sem falar nas condições materiais favoráveis ao estabelecimento desta relação. Assim é que, não por coincidência, que os que permanecem na

⁶ Optou-se pelo uso do recurso itálico para as falas dos entrevistados para diferenciar das falas dos teóricos utilizados, dando maior ênfase a esses.

escola são também os que melhor se comunicam, tem melhor aparência, dominam mais conhecimentos e apresentam condutas mais adequadas ao disciplinamento necessário ao processo produtivo. Com uma oferta de empregos formais, cada vez mais restrita, a escola continua a desempenhar a função de pré-seleção, articulando-se, assim, à seletividade presente no mundo do trabalho (KUENZER, 1997, p. 21).

Um segundo professor entrevistado, como retorno aos questionamentos realizados nesta pesquisa contribui:

- 1. Eu entendo que é através da oralidade que o aluno mostra a sua expressão e esta atitude é parte do conjunto de fatores necessários para um profissional crescer em sua carreira. Não adianta o profissional ter muito conhecimento se não consegue transmitir, ou seja, se relacionar com seus colegas ou clientes.*
- 2. Sim, um dos projetos é a mini-empresa, onde os alunos trabalham com a oralidade dentro das empresas.*
- 3. Sim, muito, através de apresentação dos alunos frente ao público, grupo de outros alunos. Trabalho também com a forma de venda de produtos, saber argumentar na venda, como se portar e o que dizer em uma situação na empresa.*
- 4. Acredito que existam nos Cursos Técnicos nas disciplinas mais específicas que tratem das competências da oralidade tais como: Língua portuguesa, relações humanas, entre outras.*
- 5. Sim, eu particularmente trabalho com essa idéia, pois estou dentro deste mundo socioeconômico através de meu empreendimento particular: Imobiliária. Procuro mostrar aos meus alunos a realidade do dia-a-dia, as dificuldades que eles irão encontrar quando tiverem que enfrentar o mundo profissional. Procuro mostrar que eles sempre deverão fazer cursos e se manterem atualizados. Devem estar na "vitrine", ou seja, sempre buscando algo melhor (Professor 2 – Formação na Área Técnica - Português Instrumental).*

É feita referência a um artigo da Prof^a Andréia Cecília Ramal (1999), que ilustra bem a fala da Professora 2 entrevistada. Segundo o artigo, o aluno não vai à escola para aprender a falar e a escrever melhor, nem estuda gramática na disciplina de Língua Portuguesa unicamente pelas normas. Fez-se tudo isso por sermos seres humanos, integramos uma história que se constrói a cada momento vivido pode-se acrescentar algo de nós a essa história, o que só é possível a partir da nossa própria expressão. O estudante jovem e adulto traz consigo uma memória em sua voz raramente é ouvida, em que sua voz raramente foi ouvida, em que sua voz foi sufocada pelas vozes dos mais fortes, em que teve de seu calar ao ser questionado: "Você sabe com quem está falando?". Na educação popular, a escola tem de se tornar o espaço de todas as vozes, de todas as falas e de todos os textos, sendo o professor alguém que não se apresenta como possuidor de um saber maior

do que o dos demais, capaz de corrigir e de aprovar a escrita dos outros, mas sim como alguém que vem dialogar e criar as condições necessárias, como mediador, para que todas as vozes sejam ouvidas e cresçam juntas.

Um terceiro professor entrevistado, da área das Ciências Humanas afirmou, em decorrência do questionário que:

1. *Entendo por oralidade, o meio dialógico de tratar as questões do conhecimento. Como educadora, entendo, ser por meio da oralidade que se deve estimular os alunos para um aprendizado que os estimule a expor seus pensamentos referentes aos temas propostos em aula. Assim, estimular a oralidade dos alunos é relevante para que os mesmo desenvolvam suas habilidades e competências.*
2. *Sim. O professor é estimulado a partir das reuniões pedagógicas a desenvolver um trabalho voltado ao aluno, levando em conta a sua realidade social.*
3. *Trabalhos em grupo, apresentação de seminário, bem como a participação dos alunos referem-se aos temas que serão estimulados.*
4. *Sim. Nas disciplinas das áreas humanas, sempre é viável um trabalho que contemple uma metodologia dialógica.*
5. *Todas as aulas, principalmente sociologia, apresentam chave de leitura que contemple essa questão O aluno é instigado a pensar sua realidade socioeconômica bem como questionar o momento histórico-político no qual está inserido. O contexto social é sempre contemplado nos debates, não tem como fugirmos dessa temática. O aluno tem uma visão a partir dos estudos sobre a realidade político-econômico-social em que está inserido (Professor 3 – Disciplinas: Sociologia, Filosofia).*

O Professor 4, de Biologia, respondeu da seguinte forma:

1. *Eu acredito sim na oralidade, com o forma de aluno perceber a sua própria aprendizagem, quando parte dele a expressão oral e formal dos conteúdos.*
2. *Para o meu conhecimento não, ou não estou a par dessa modalidade.*
3. *Quando trabalho com experimentos, os alunos devem formular hipóteses e com isso concluir o trabalho, logo após devem relatar aos colegas, restante da turma, os resultados obtidos.*
4. *Durante minha formação não tive essa oportunidade, mas acredito ser muito importante na formação de qualquer profissional , e de qualquer área.*
5. *Sempre que possível trato desses assuntos, até mesmo das escolhas que pretendem fazer para sua vida futura, pois muitos dos alunos não tem muito conhecimento sobre a realidade do mercado de trabalho, e ainda tem os que estão fora da realidade, sem leitura de mundo (Professor 4 – Disciplina: Biologia).*

De maneira geral, a fala dos professores demonstra que, nem todos estão atentos para a prática e a importância da oralidade em sala de aula, ainda existe muita compartimentação entre as disciplinas, acreditam alguns professores, a

competência da oralidade é tarefa exclusivamente da área das humanas, ou seja, não é uma competência a ser trabalhada na sua disciplina. Pode-se inferir, a partir das respostas dos professores, a relevância de uma prática interdisciplinar ou, nas palavras de Lück (2005), uma prática necessária à superação da visão restrita de mundo, a promoção de uma compreensão adequada da realidade e à produção de conhecimento centrada no homem deve romper os “muros” que, frequentemente, se estabelecem entre as disciplinas.

Na fala da autora supracitada, ao gerar integração e engajamento de educadores num trabalho conjunto, de interação das disciplinas do currículo escolar entre si e com a realidade, de modo a superar a fragmentação do ensino, a interdisciplinaridade objetiva a formação integral dos alunos, a fim de que possamos exercer criticamente a cidadania. Oportuniza uma visão geral de mundo e, conseqüentemente, a possibilidade de desenvolverem-se para serem capazes de enfrentar os problemas complexos amplos e globais da realidade atual (LÜCK, 1995, p. 27).

3.1 Apresentando a Escola

A escola pesquisada é uma Escola Estadual de Ensino Médio situada no centro da cidade de Santa Maria, fundada no ano de 1941, atende cerca de 711 alunos no diurno e 220 no noturno. No Ensino Profissionalizante, aproximadamente 128 alunos. Oferece desde sua fundação o Ensino Médio Regular, nos três turnos: manhã, tarde e noite. Além dos Cursos Técnicos Profissionalizantes de Contabilidade e Secretariado. Atualmente também oferece o Curso Técnico de Informática, sendo que os cursos Técnicos são todos na modalidade Pós-Médio. Ainda oferece o Ensino Médio Regular na modalidade Matrícula por disciplina, onde o aluno pode dar sequência ao Ensino Médio, a partir de onde eventualmente tenha interrompido o mesmo.

3.2 Projetos da escola

A Escola, enquanto instituição de ensino público estadual está personificada em seu corpo docente, discente e comunidade escolar. A maioria dos agentes envolvidos no processo educacional que ocorre na instituição acredita que o processo de ensino-aprendizagem não se dá apenas nos espaços escolares, mas também nos espaços físicos diferenciados envolvendo métodos e tempos próprios. Assim, os saberes podem ser construídos, tanto na escola como na família, nos espaços culturais, na convivência social em que o encontro das diferenças produz novas formas de ser, estar e se relacionar com o mundo.

Dessa forma, as atividades desenvolvidas fora do espaço formal da escola, tais como práticas artísticas ou desportivas podem ser reconhecidas no calendário escolar desde que haja previsão no respectivo projeto político-pedagógico. Pois, acredita-se que nos espaços de socialização, as pessoas interagem e produzem saberes que constituem suas histórias de vida. Um currículo integrado, portanto, constitui-se em uma perspectiva de inovação, no que se refere a oportunidade das diferentes trajetórias de vida dialogarem em outros tantos saberes sociais relacionando-os com o mundo do trabalho como forma de compreender e adaptar-se a essa realidade, muitas vezes contraditória. Imbuídos desse propósito, a maioria dos profissionais que atuam na instituição, afirma ser necessário ouvir e conhecer a quem se dirige a proposta curricular, o Projeto Político-Pedagógico, pois estamos trabalhando com pessoas.

Dessa forma, acredita-se que nós, educadores, precisamos desenvolver uma sensibilidade profissional para reconhecer os saberes que essas pessoas trazem consigo. A fim de perceber seus anseios, suas necessidades e pretensões ao buscar a instituição escolar. Contudo, essa política de caráter solidário, fomentadora de promoção do ser social que se constrói em parceria com uma equipe gestora aberta e sensível a realidade dos educandos e que compreenda suas especificidades.

As propostas pedagógicas que implicam no processo educacional são amplamente discutidas e planejadas com os professores e a equipe diretiva da Escola. Pois, existem na Escola, planejamentos específicos para o Ensino Médio Regular, para o Ensino médio matrícula por disciplina e para os Cursos Técnicos

Profissionalizantes, na modalidade Pós-Médio. Também há na escola projetos e planejamentos de implantação de Cursos na modalidade de PROEJA.

Uma vez que, a Escola já possui tradição na região na oferta de Cursos Profissionalizantes, além de toda uma proposta educacional pautada na reinserção social do aluno/trabalhador a partir da oferta da modalidade Matrícula por disciplina, onde pode dar o aproveitamento das disciplinas já cursadas e a conseqüente valorização dos “saberes” do aluno somando-os a um currículo integrado. Contudo, a proposta de oferecer a modalidade PROEJA, nessa escola, não entrou em vigor ainda por esbarrar em questões burocráticas.

O projeto integrado da escola propõe o reconhecimento dos contextos relacionados à vida pessoal e cotidiana do aluno, que inclui o reconhecimento de toda problemática socioeconômica em um contexto mais amplo, permitindo ao aluno. um olhar mais crítico da realidade, na qual, todos nós estamos imersos. Sobretudo, o próprio aluno/trabalhador acima da faixa etária do ensino Regular, precisa de um olhar crítico a partir de sua própria realidade o porquê de ele estar ali, o porquê de sua condição. Para contemplar essa criticidade, propõem-se levantar questões dos chamados temas transversais como as de convívio social, valorização, de auto-estima, de sexualidade, das relações com o meio ambiente, do mundo do trabalho ao mundo da família, da gestão financeira, gestão do corpo e da saúde.

Enfim, questões que levantem percepções diferentes da sociedade e ao mundo em que o aluno vive. Toda essa gama de aspectos que podem ser contextualizados é considerada de suma importância na motivação dos alunos para alcançarem seus objetivos quer seja na resolução de seus problemas e conflitos, na relevância e significado em aprender como possibilidade de compreender fatos, fenômenos, e os processos sociais que o envolvem.

3.3 A Educação de Jovens e Adultos e o porquê da modalidade utilizada

A Escola é uma das poucas, senão a única escola pública estadual na região que oferece a modalidade de *Ensino Regular Matrícula por disciplina* é a que pode se adequar ao público Jovem e Adulto, pois o aluno pode prosseguir os estudos de onde parou, cursando apenas as disciplinas faltantes para concluir o Ensino Médio.

O Curso de Ensino Médio de Matrícula por disciplina é dividido em seis semestres. Sendo dois semestres por ano, pode-se concluir em três anos ou mais, conforme as necessidades do aluno / trabalhador.

Na perspectiva de integração dos currículos, cabe aos educadores mediar e articularem a construção coletiva dos conhecimentos de forma criativa, acolhendo as diferentes necessidades de acordo com as possibilidades oferecidas e previstas na proposta pedagógica e nos planos de estudo. A concepção de Ensino Médio como etapa preparatória para o Vestibular deve dar lugar a um ensino não centrado em conteúdos específicos e disciplinas, mas centrar-se nas finalidades amplamente já referenciadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de maneira que a vinculação entre educação e trabalho torne-se indispensável a um projeto que se dispõe ao desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Trata-se, portanto, de romper com a dicotomia da formação como algo exclusivamente do mundo do trabalho ou do mundo da educação. É perceber a formação como ponto de conversão de abordagens diferenciadas, das múltiplas dimensões e contribuições, entre elas a dos sujeitos trabalhadores.

Nesse entrelaçamento de relações, a qualificação sociolaboral pretende a inserção autônoma e solidária dos sujeitos, impactando diretamente em suas vidas e na sua profissionalização. Por sua vez, a Equipe pedagógica da escola percebe a necessidade de se trabalhar com a modalidade *Ensino Regular de Matrícula por disciplina* como uma modalidade voltada ao público jovem e adulto. Aliada, a proposta de implementação do Curso de Ensino Médio no PROEJA, no sentido emancipatório de inclusão, tendo o trabalho como princípio educativo:

[...] o direito ao trabalho como uma valor estruturante da cidadania: a qualificação como uma política de inclusão social e um suporte indispensável do desenvolvimento sustentável, a associação entre a participação social e a pesquisa como elementos articulados [...] e na melhoria da base de informação sobre a relação trabalho-educação-desenvolvimento (BRASIL, MEC, 2005, p. 20-21).

Considerando, portanto, que a educação profissional tem uma dimensão social intrínseca, ela extrapola a simples preparação para uma ocupação específica no mundo do trabalho e postula “A vinculação entre a formação técnica e uma sólida

base científica, numa perspectiva social histórico-crítica, integrando, dessa forma, a preparação para o trabalho à formação de Nível Médio” (MANFREDI, 2003, p. 57).

Conseqüentemente, para a Escola Estadual de Ensino Médio em questão, os fundamentos que norteiam o projeto-pedagógico na modalidade voltada ao público jovem e adulto, com pretensões de ser estendido ao PROEJA, podem ser resumidas em:

- a) A integração curricular visando à qualificação social e profissional articulada á elevação da escolaridade, construída a partir de um processo democrático e participativo de discussão coletiva;
- b) A escola formadora de sujeitos articulada a um projeto coletivo de emancipação humana;
- c) Valorização dos diferentes saberes no processo educativo;
- d) A compreensão e consideração dos tempos e espaços de formação dos sujeitos da aprendizagem;
- e) A escola vinculada à realidade dos sujeitos;
- f) A autonomia e colaboração entre os sujeitos e o sistema nacional de ensino;
- g) O trabalho como princípio educativo.

Pode-se perceber com a fala dos professores da escola pesquisada, que existe por parte dos professores preocupação em desenvolver propostas de ensino que incluem o desenvolvimento da expressão oral. Contudo, não é unânime essa percepção, por parte dos professores, alguns, acreditam que a tarefa de desenvolver essa habilidade de expressividade oral seja tarefa exclusivamente da área das ciências humanas. De maneira que, parece-nos pertinente, o diálogo, a crítica no sentido do desenvolvimento de uma proposta político-pedagógica mais sensível a formação humana do indivíduo para que essas propostas ficassem mais claras e objetivas, não as desvinculando de seu objetivo maior que é a preparação do indivíduo para a vida e para o mundo do trabalho.

CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

“Para definir uma política de governo em uma sociedade complexa, absolutamente díspar sob diversos ângulos, há que se ter os pés no chão; jamais esconder as verdadeiras causas do problema que se deseja enfrentar e resolver...para resolver problemas complexos não pode haver soluções simplificadas, sob o risco de se cair no simplismo analítico e propor medidas inadequadas, populistas, demagógicas, clientelistas.”

Acácia Zeneida Kuenzer

O presente estudo monográfico foi elaborado, a partir da constatação da necessidade de evidenciar a importância do desenvolvimento da expressão oral no ambiente escolar. Procurou-se evidenciar a relevância da oralidade em sala-de-aula como parte integrante do processo de construção do conhecimento, além de identificá-la como pré-requisito necessário para inserção no “mundo do trabalho”. Pois, inevitavelmente, o sistema educacional hoje, necessita preparar o indivíduo, estimulando a oralidade como instrumento para o trabalho em equipe, para o convívio social, enfim para uma formação mais humanizada.

E, é nesse cenário, humano, político e social repleto de contradições que, procuramos evidenciar a necessidade de refletir sobre a qualidade da formação educacional. Nesse sentido, buscou-se respostas para a problematização feita no início do trabalho: *Qual a importância da oralidade na educação/formação profissional e pessoal dos alunos, especialmente, a clientela do EJA e PROEJA. Questiona-se, também, se o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, contempla em sua proposta, a valorização do desenvolvimento da expressão oral com os alunos.*

Nas palavras de Kuenzer (1997), muitas vezes, o trabalho escolar além de supostamente selecionar os “mais capazes”, desenvolve habilidades cognitivas, hábitos e condutas que facilitam o enfrentamento de situações dinâmicas com a necessária flexibilidade, de maneira que não é por acaso que permanecem na Escola os que melhor se comunicam, têm melhor aparência, dominam mais conhecimentos e apresentam condutas mais adequadas ao disciplinamento necessário ao processo produtivo.

Frigotto (2001), Também acentua a importância da comunicação oral, ao mostrar que, ideologicamente a responsabilidade do Estado com a educação, desloca-se para um plano individual, pois já não há política de emprego, nem perspectiva de uma carreira, mas indivíduos empregáveis ou não, requalificáveis ou não. Para os não empregáveis resta-lhes um tempo infundo de procura por um emprego, pois não “se enquadram no perfil da empresa” ou “não se expressam adequadamente nas entrevistas”, entre outros argumentos que o mundo do trabalho utiliza para justificar a exclusão. (FRIGOTTO,2001, p.71-87)

Pode-se identificar no campo pedagógico algumas contradições, como a necessidade de preparar o indivíduo para um mundo do trabalho cada vez mais excludente. O qual, usa de muitos subterfúgios para justificar a exclusão, que é inerente ao próprio sistema capitalista. E, portanto, torna cada vez mais complexa e angustiante a tarefa do educador, pois tenta preparar o indivíduo para uma realidade incerta, na qual muitas vezes, a dificuldade de inserção esbarra no aspecto educacional e profissional, obrigando o indivíduo a voltar à escola, na busca de escolarização e/ou qualificação técnica.

A partir da fala dos autores e do questionário aplicado aos professores da Escola em que foi realizado esse trabalho de pesquisa, Chegamos ao final dessa etapa, com as seguintes considerações: - Existe sim, por parte dos professores questionados, alguma preocupação com o exercício da oralidade em sala de aula. Em algumas disciplinas como História, Geografia e Filosofia utilizam-se a técnica dos *seminários* para desenvolver os conteúdos com os alunos. Particularmente, acredita-se que essa a prática leve a um bom resultado.

Contudo, conclui-se que ainda não há uma uniformidade na concepção pedagógica dos professores e da escola. Muitos professores acreditam que não devam inserir práticas de expressão oral com seus alunos, pois na visão desses professores essa prática é tarefa exclusiva de disciplinas da área das humanas. Ou seja, ainda, não está clara a noção de interdisciplinaridade, de inter-relação dos conteúdos que possibilite a construção um ensino mais integrado.

Portanto, os debates e as reflexões em torno dos currículos, das Propostas político-pedagógicas das escolas são consideradas imprescindíveis para a busca de uma melhor qualidade do Ensino, oferecido aos estudantes das Rede Públicas Federais Estaduais ou Municipais. Atenta-se, especialmente à Educação de Jovens e Adultos, em que os alunos sofreram algum tipo de ruptura em sua trajetória

educacional, e, portanto necessitam de uma proposta curricular diferenciada a fim de melhor atender suas particularidades.

Sendo assim, conclui-se que, a partir das inúmeras demandas e contradições, que engloba o tema, acredita-se que não se esgota a necessidade da reflexão constante em torno de propostas pedagógicas. É através da reflexão contínua que oportunizará condições para que os professores sintam-se motivados a elaborar um Projeto Político-Pedagógico capaz de atender a todos indistintamente, quer seja crianças, jovens, adolescentes, adultos, portadores de necessidades especiais, etc. de maneira em que haja igualdade de condições para todos. É através de uma mudança de postura e permanente reflexão sobre o fazer pedagógico na escola, não só como forma de oportunizar novos instrumentos para enfrentar o contraditório e instável “mundo do trabalho”, mas, acima de tudo, possibilitar condições para que o alunado tenha uma formação integral, humanizadora promotora de cidadania e transformação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, E. R.. Os Jovens da EJA e a EJA dos jovens. In: BARBOSA, Inês O., PAIVA, Jane (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo, Hucitec, 1986.

BECHARA, E.. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro, Lucerna, 2009.

BORTOLOTO, N. **A Interlocução na Sala de Aula**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a emenda nº 56 21-12-2007. Brasília: Senado Federal, subsecretaria e edições técnicas, 2008.

_____. **Lei nº 9.394/96**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, 20/12/1996.

_____. Congresso Nacional. **Decreto nº 5.478**. 24 de junho 2005.

_____. Congresso Nacional. **Decreto nº 5.840**. 13 de junho 2006.

_____. **Decreto nº 2.208/97**.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Documento Base: PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de jovens e Adultos. Brasília: MEC, agosto, 2007.

_____. Ministério da Educação. Brasília: MEC, outubro, 2005.

CARVALHO, R.. **A Comunicação Oral**: Uma Reflexão sobre usos e desusos na sala de aula. Disponível em: <http://scielo.com.br> Acesso em: 08 fev. 2011.

CASTILHO, A. T. **A Língua Falada no ensino de Português**. São Paulo: Contexto, 1998.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. p. 21-56.

CUNHA (1977), M.C.. **Os Gêneros Escolares:** das Práticas de Linguagem aos Objetos de Ensino, Bernard Schneuwly e Joaquim Dolz, Revista Brasileira de Educação, nº 11, maio a agosto de 1999.

FÁVERO, L. L. **Oralidade e escrita:** perspectivas para o ensino da língua materna. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FERREIRA, A. B. H. **Minidicionário da Língua Portuguesa.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Terra e Paz, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia dos sonhos possíveis.** São Paulo. Ed.UNESP: 2001.

FRIGOTTO, G. Educação e Trabalho: bases para debater a educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva**, Petrópolis, v.19, n.1, p. 71-87, jan/jun.2001.

FROLDI, A. S.; O'NEAL, H. F. **Comunicação verbal:** um guia prático para você falar em público. São Paulo: Pioneira, 1998.

GADOTTI, M. **Educação e Comunicação:** o papel dos meios na formação do aluno e do professor em educação de jovens e adultos. São Paulo: IPF, 2004.

GARCIA, N. e LIMA FILHO, D. L. Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o mundo do trabalho: elementos para discussão da reconfiguração do currículo e formação de educadores. In: MACHADO, Maria Margarida (Org). **Formação de educadores de jovens e adultos.** Brasília: Secad/MEC, UNESCO, 2008. p. 119-130.

GARCIA, N. e LIMA FILHO, D. L. **Politecnia ou educação tecnológica: desafios ao ensino médio e à educação profissional.** In: 27^a. Reunião Anual da Anped, Caxambu: ANPEd, 2004.

KUENZER, A. Z. Pedagogia da Fábrica: **As relações de produção e a educação do trabalhador.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

_____. **Globalização e educação:** Novos desafios. Cortez, São Paulo, 1995.

_____. **Ensino Médio e Profissional:** as políticas do estado neoliberal. São Paulo, 1997.

_____. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L.; LOMBARDI, J.C. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. Ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 77-96.

LEMOS, M. P. **Proposta Curricular**. Salto para o Futuro – Educação de Jovens e adultos/Secretaria da Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

LIBÂNEO, J. C.. **Didática**. São Paulo, Cortez, 1994.

LIBÂNEO, J. C. e colaboradores. **Educação Escolar:** políticas, estrutura e organização. 4 ed São Paulo: Cortez, 2007.

LÜCK, H. **Pedagogia interdisciplinar:** fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **A escola participativa:** o trabalho do gestor escolar. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **Gestão Educacional:** uma questão paradigmática. 3ªEd. São Paulo: Vozes, 2007. (Série: Cadernos de Gestão. v.I)

MACHADO, L.. Qualificação do trabalho e relações sociais. In: FIDALGO, Fernando S. **Gestão do trabalho e formação do trabalhador**. s/d.1989.

MANACORDA, M. A. **A História da Educação:** da Antiguidade até nossos dias. São Paulo: Cortez, 2002.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. Ed. Cortez, 2002.

MARCONDES, D. Dicionário Básico de Filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MANKER, M. **Estudos de politecnia e Saúde**: volume 4/. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009.

MARQUES, M. O.. **Escrever é preciso**: o princípio da pesquisa. Ijuí: Ed.Unijuí, 1997.

_____. **Saberes e valores em interlocução na educação**. 2ed. rev. Ijuí: Ed.Unijuí, 2006.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MELLO, G. N. **Cidadania e Competitividade**: Desafios educacionais do terceiro milênio. São Paulo, Cortez, 1993.

MELUCCI, A. **Por uma sociologia reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **Juventude, tempo e movimentos sociais**. Universidade degli Studi do Milano. Publicado em: Revista Young. Escotolmo: v.4, nº2, 1996, p.3-4. Disponível em : <http://www.dominiopublicocomunicacao.com.br/Acesso>: em outubro de 2011.

NETO, J. A.F; TACINAFO, C.R. **História Geral e do Brasil**. São Paulo: Harbra, 2006.

PAIVA, V. **Educação popular e educação de adultos**. 1973, pp.46-47.

PARO, V. H. **Gestão democrática na escola pública**. São Paulo, Ática, 1997.

PENTEADO, J. W. **A técnica da comunicação humana**. São Paulo. Pioneira, 2000.

PINSKI, J. **História da cidadania**. Ed. Contexto, 2003.

POLITO, R. **Como falar corretamente e sem inibições**. 90. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

PROEJA - Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. **Documento Base**, 2006. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec>. Acesso em: 08 fev. 2011.

RAMOS, J. M. **O espaço da oralidade em sala de aula**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

REYZÁBAL, M. V. **A comunicação oral e sua didática**. São Paulo: EDUSC, 1999.

ROBBINS, H. A. **Como ouvir e falar com eficácia**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1994.

SALVA, S. **O jogo do eu a mudança de si em uma sociedade global**. Rev. Conjectura, v.15, n. 1, p.115-159, jan/abr.2010. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/190/181/Acesso> em: 5 nov.2011.

SAMPAIO, M.N.; LEITE, L. **Alfabetização Tecnológica do Professor**. Petrópolis, RJ: VOZES, 1999.

SANTOMAURO, B. **Falar bem em público se aprende na escola**. Disponível em: <http://gooleacademico.com.br>. Acesso:10 mar. 2011.

SAVIANI, D. **A filosofia da educação e o problema da inovação em educação**. 1989. Disponível em: http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=3U_oNKlp9OAC&oi=fnd&pg=PA17&dq=Demerval+Saviani+1989&ots=j8BptezW3m&sig=3llSr1JGi6ui2NRYpHJF2cYDrNE#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 08 fev. 2011.

SAVIANI, D. **O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias**. 1994. Disponível em: <http://forumeja.org.br/go/files/demerval%20saviani.pdf> . Acesso em: 08 fev. 2011.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf> . Acesso em: 08 fev. 2011.

SCHNEWLY, B. **Gêneros Oraís e Escritos na Escola**. Universidade de Genebra (Suíça).

SCHNEWLY, B.; DOLZ, Joaquim. Os Gêneros Escolares: das Práticas de Linguagem aos Objetos de Ensino, In: **Revista Brasileira de Educação**, nº 11, maio a agosto de 1999.

SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A.; GOMES N. L. (Orgs.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TONET, I.; LESSA, S. **Introdução à filosofia de Marx**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. **As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo, Martins Fontes, 1989.